



## SOCIEDADE ABERTA

## 'Annus horribilis'



**Domingues de Azevedo**  
Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

Os portugueses regressaram em massa às ruas para demonstrarem a sua indignação contra as medidas de austeridade implementadas pelo Governo. Estatísticas à parte, foi, indiscutivelmente, uma prova de que a população não está resignada e não esconde o seu desacordo pelo violento ajustamento a que está a ser submetida. Tratou-se de um protesto ordeiro, democrático e transversal.

No sábado à tarde desfilaram crianças, adolescentes, pessoas de meia idade e muitos reformados.

Os mais velhos abandonaram o conforto do lar e desafiaram o frio, engrossando as manifestações. E têm razões para contestarem.

Os reformados com 4.104 euros por ano, ou seja, pouco mais de 300 euros mensais, passam a ter de entregar IRS e arriscam-se a pagar impostos pela primeira vez. É uma medida complexa, injusta e que traduz uma enorme insensibilidade social, equiparando os reformados à restante população ativa, esquecendo-se o legislador que os reformados, devido à sua longevidade, têm encargos com a saúde mais avultados em comparação com quem está na plenitude da sua atividade profissional. Quem trabalhou uma vida, em vez de receber um tratamento adequado e diferenciado, vê aproximar-se outro fardo de consequências imprevisíveis. Uma brutalidade para uma franja social que apresenta debilidades óbvias devido à idade avançada.

Este é apenas um exemplo da descaracterização a que sido sujeito os princípios fundadores do IRS, nascido em 1989. A sua criação humanizou o ato de pagamento de impostos, passando a tributar não os rendimentos, mas sim a capacidade do agregado familiar em pagar impostos. Diferenciou-se, por exemplo, um casal com filhos que teve uma fatalidade e que se viu forçado a ter despesas com saúde ao longo do ano.

O que se assiste agora no IRS é o regresso aos critérios e aos valores que sustentavam o imposto profissional, antes de 1989. O regresso à tributação no rendimento da fonte e não à tributação das realidades familiares concretas.

Mas há mais. Sem que o comum cidadão se aperceba, estão em curso alterações que põem em risco a filosofia e a estrutura do nosso IRS, pervertendo a matriz fundadora do sistema. Enquanto a anunciada ampla reforma do Estado, a renegociação das PPP e das rendas da eletricidade permanecem em 'banho maria', o legislador foi célere em coartar a possibilidade de deduções que faziam a diferenciação, optando por tributar em função do rendimento e não em função da vida específica.

Com as deduções na saúde e nos seguros de saúde reduzidos ao mínimo, chegámos a um preocupante paradigma de desmotivação e desincentivo fiscal. Regride-se de forma assustadora face às conquistas de 1989 e a justiça tributária vê-se ameaçada. Está em curso uma silenciosa revolução fiscal que penaliza os contribuintes. O encontro de contas entre os contribuintes e o Estado promete ser mais um penoso episódio neste 'annus horribilis', que ainda agora começou. Boa parte da classe média vai deixar de contar com os tradicionais reembolsos de IRS que normalmente eram devolvidos pelo Estado a partir do início do verão. Quase sorrateiramente, esta é uma nova forma de tributação que os contribuintes ainda não se deram conta.

Os governos não devem cair pela rua, mas a erosão que a voz do povo lhe provoca pode revelar-se irrecuperável. ■